

URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

O Brasil considera zona urbana toda sede de município, não importando a concentração de pessoas que vivem no local. A definição, adotado por lei, é aplicada pelo IBGE, órgão responsável pela contagem oficial da população. Assim, se um grupo pequeno de pessoas vive na sede de um distrito, elas são consideradas população urbana, independente da densidade populacional (total de pessoas por área) e dos recursos que o local oferece.

DOIS OUTROS CONCEITOS. O conceito de **METRÓPOLE** é demográfico, ou seja, refere-se a uma cidade que está no centro de um processo de **CONURBAÇÃO (*)**. Nesse sentido, as cidades próximas formam sua **REGIÃO METROPOLITANA** (Grande SP, Grande B.H, Grande Rio, Grande Campinas, Grande Salvador, etc.). No Brasil, **REGIÃO METROPOLITANA** passou a ser um conceito administrativo e político, adotado na década de 70 do século XX e utilizado quando o poder público decidiu traçar políticas públicas comuns para um grupo de cidades vizinhas. Pela lei, o governo do Estado tem o poder de decidir que certa área é uma região metropolitana. São Paulo tem três regiões metropolitanas (Grande SP, Grande Campinas e Baixada Santista), mas Santa Catarina, estado menos urbanizado, tem seis (Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Foz do Itajaí, Carbonífera, Chapecó e Tubarão). Todas as regiões metropolitanas brasileiras possuem um Conselho Metropolitano, formado pelos municípios envolvidos. Nos conselhos, representantes das prefeituras discutem políticas intermunicipais para áreas de transportes, segurança e infraestrutura. É comum que o governo do Estado garanta o investimento nos projetos.

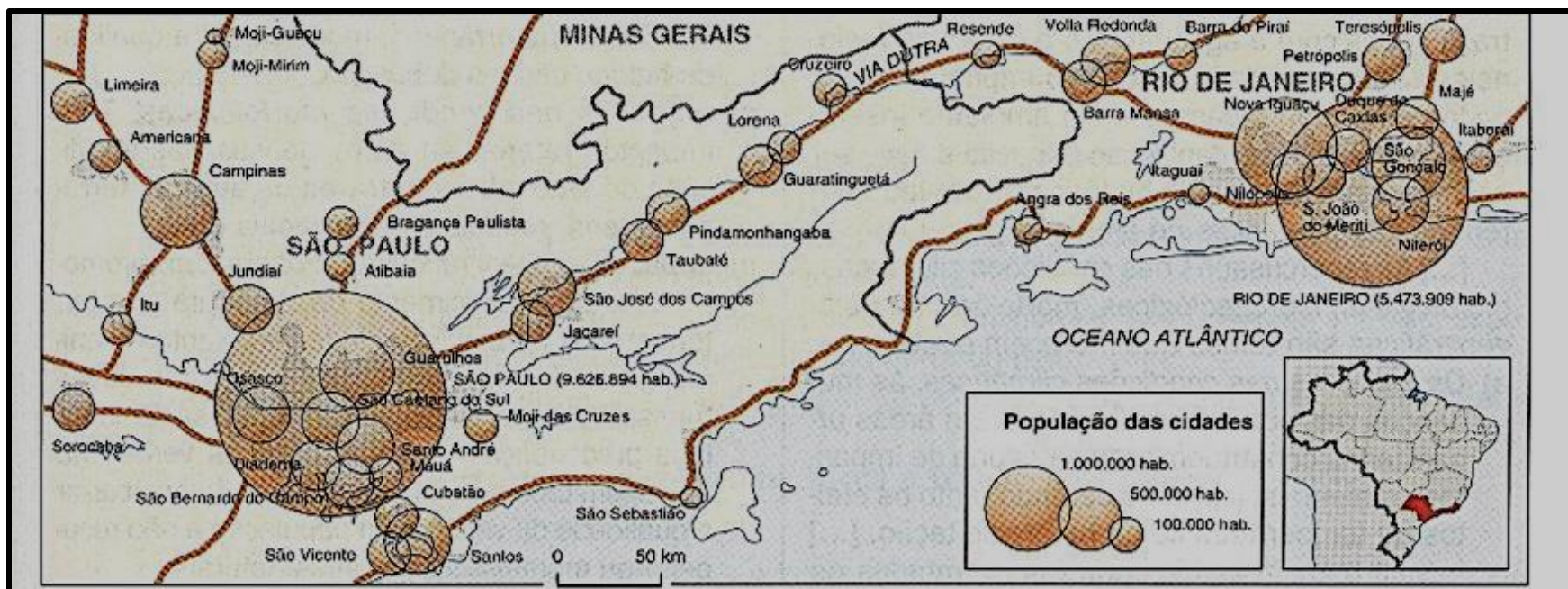
(*) **CONURBAÇÃO** é quando as aglomerações urbanas de dois municípios diferentes se encontram, formando mancha urbana única. É um fenômeno que se observa no município de São Paulo, que se uniu fisicamente a vários municípios que se encontram ao seu redor, formando a maior região metropolitana do País, com 39 municípios. Uma consequência do processo de conurbação ou união de municípios por meio do crescimento, é que as cidades vizinhas à cidade principal passam a partilhar problemas comuns, como a necessidade de dividir mananciais de água, utilizar aterros sanitários comuns e compartilhar políticas de transporte coletivo, pois as pessoas que moram - por exemplo - em Luziânia (GO) ou Niterói (RJ) trabalham em outra cidade (Brasília-DF) ou Rio de Janeiro (RJ) e utilizam ônibus, trens, metrô e barcas.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA. RURAL X URBANO.

2010		2016		2020		2025		2030	
RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO
16%	84%	14%	86%	10%	90%	9%	91%	8%	92%

FONTE: IBGE.

A MEGALÓPOLE BRASILEIRA



Os livros e sítios didáticos geraram uma grande ambiguidade quanto à existência de uma megalópole brasileira. Existem os livros que afirmam a existência de uma Megalópole no Vale do Paraíba, as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, interligadas especialmente pela Via Dutra. No entanto, existem outras fontes de informação que adicionam mais uma metrópole à região; algumas citam a Baixada Santista, outras, a Região metropolitana de Campinas.

Todo esse caos na informação ainda é expandido diante das obras que indicam a inexistência de tal megalópole, ou ainda, que acusam sua existência para então afirmar que de fato não há ligação entre as regiões metropolitanas, e que a Megalópole Brasileira ainda está em processo de formação, contradizendo-se, assim.

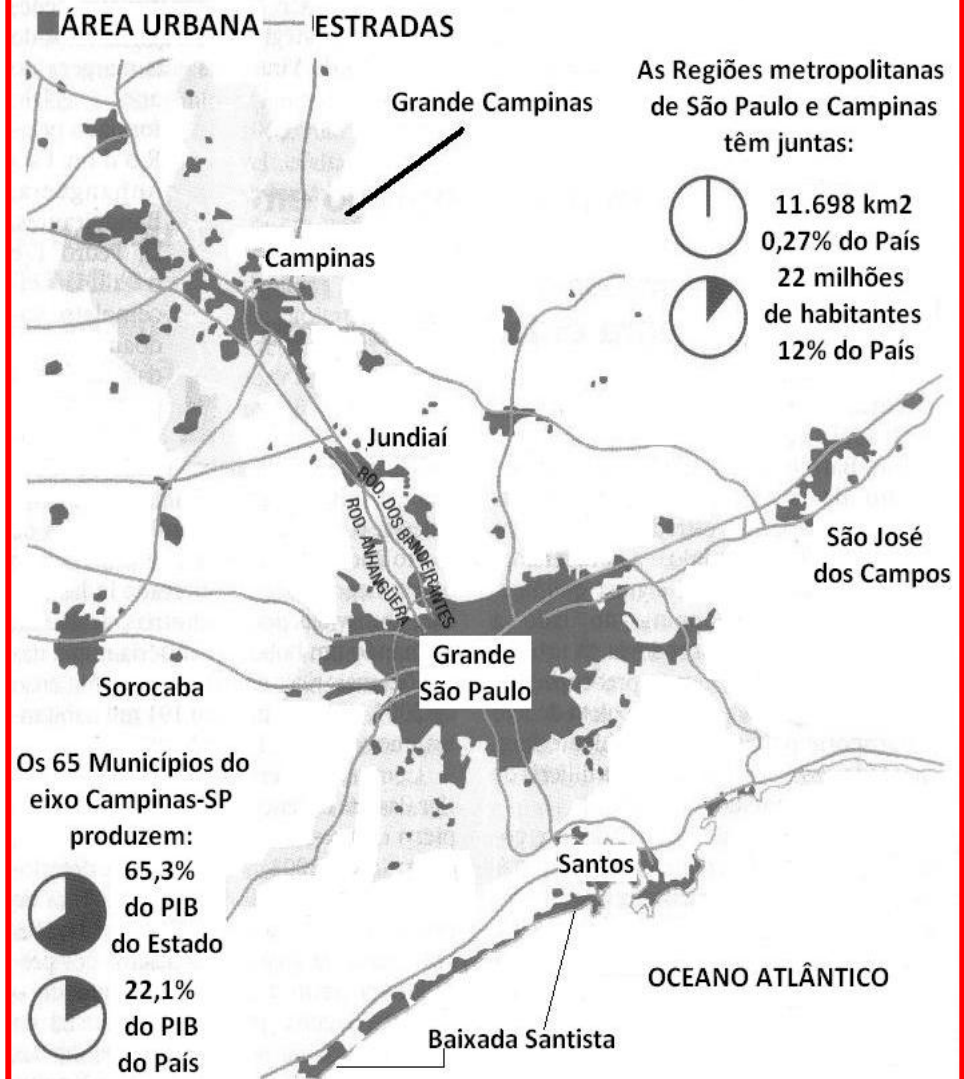
Entre Rio de Janeiro e São Paulo não se verifica a existência de uma megalópole, mas de um complexo metropolitano. **Essa área é o lar de nada menos de 25% da população do Brasil, embora cubra apenas 0,5% de todo o território nacional. A região corresponde, ainda, a 60% de toda produção industrial brasileira.** Naturalmente, esse complexo desempenha funções que o encaixam nesse grau de urbanização, tanto em aspectos culturais, quanto em aspectos financeiros; seus dois principais polos (SP e RJ) estabelecem uma forte conexão entre as outras cidades brasileiras e com o restante da Terra.

Fonte: Revista Megacidades publicada pelo Jornal Estado de São Paulo, 03/08/2008, páginas 60 a 64.

A PRIMEIRA MACROMETRÓPOLE DO HEMISFÉRIO SUL

A mancha urbana cresceu a ponto de emendar São Paulo a Campinas, uniu 65 municípios, abriga 12% da população brasileira, uma economia de 475 bilhões de reais e produz 65,3% do PIB do Estado de São Paulo e 22,1% do PIB do Brasil. Área: 11.698 km² ou 0,27% da área do País e abriga 22 milhões de habitantes ou 12% da população brasileira. Em 1722, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, que herdou o nome do pai, o lendário Anhangüera, deixou a cidade de São Paulo com uma tropa de 152 homens armados, 2 religiosos e 39 cavalos. Por cinco dias, embrenhou-se na mata fechada até achar um lugarejo que virou ponto estratégico para tropeiros ávidos em chegar ao sertão das minas de ouro de Goiás e Mato Grosso. Essa parada, 23 anos depois, foi batizada de Campinas. Hoje o antigo "Caminho dos Goiaes", a trilha de 102 quilômetros aberta pelo bandeirante, transformou-se na primeira Macrometrópole do Hemisfério Sul, uma mancha urbana de 22 milhões de habitantes. São 300 mil veículos que circulam diariamente pelo Complexo Rodoviário mais movimentado de São Paulo, as Rodovias Anhangüera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348). No entremeio fica o parque industrial mais rico do País, que responde por 65,3% do Produto Interno Bruto estadual ou 22,1% do nacional, uma economia de R\$ 475 bilhões. Estudo da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), com base em imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indica que entre os dois aglomerados urbanos não há mais que meros 14 km entre bairros com o mínimo de 72 moradias, conceito mundial para definir uma macrometrópole, a junção de duas regiões metropolitanas

A MACROMETRÓPOLE



Fonte: Revista Megacidades publicada pelo Jornal Estado de São Paulo, 03/08/2008, páginas 60 a 64.

REGIÕES METROPOLITANAS E RIDEs

É um grande centro populacional, que consiste em uma (ou, às vezes, duas ou até mais) grande cidade central (uma metrópole), e sua zona adjacente (vizinha) de influência. Geralmente, regiões metropolitanas formam aglomerações urbanas, uma grande área urbanizada formada pela cidade núcleo e cidades adjacentes, originando uma **CONURBAÇÃO**, fazendo com que as cidades percam seus limites físicos, constituindo uma imensa metrópole, na qual o centro está localizado na cidade central, normalmente aquela que dá nome à região metropolitana, como Região Metropolitana de São Paulo ou Grande São Paulo.

A rápida urbanização fez com que cidades vizinhas, ou um município e seus subúrbios, aumentassem de tamanho e, em consequência, formaram um conjunto. Esse processo, chamado **CONURBAÇÃO**, eclodiu no Brasil na década de 80 do século XX e prolongou-se, em diversas regiões do País, pela década seguinte (90), década 2001 a 2010 e continuará pela década atual (2011-2020).

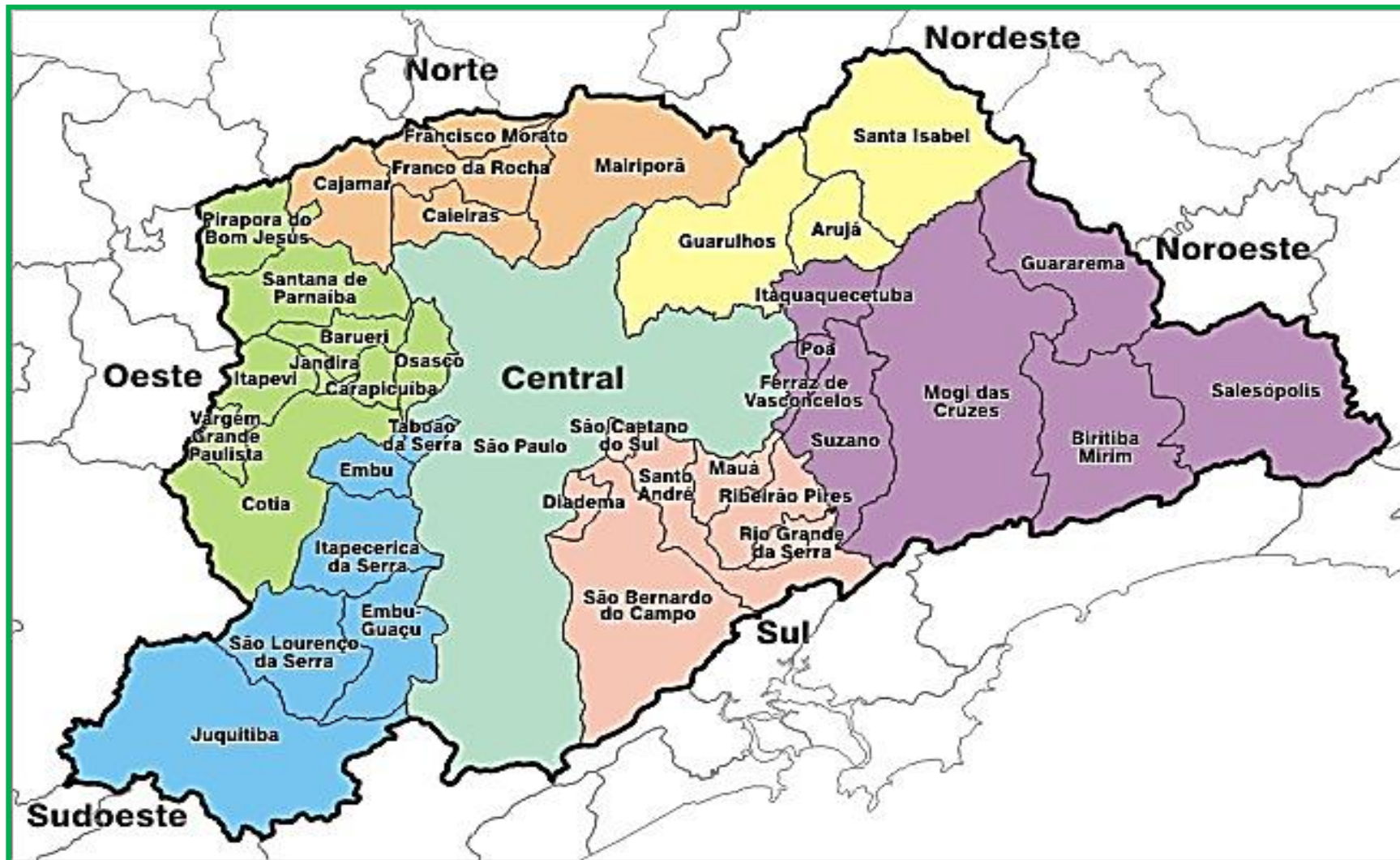
O Brasil tem 63 Regiões Metropolitanas distribuídas por todas as grandes regiões do País, definidas por leis federais ou estaduais e 3 RIDEs (Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (*)), que reúnem mais de 1/3 dos domicílios urbanos e 30% da população brasileira.

A taxa de crescimento dessas regiões é muito superior à taxa das demais áreas: 2,01% entre 1991 e 2000, contra 1,38% nas regiões metropolitanas. Em 2010, 57% dos brasileiros residem nessas Regiões Metropolitanas.

(*) **REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE)**. Conjunto de municípios que se situam em mais de um estado ou unidade federativa. Exemplos: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (PI). **Ver Mapas nos Slides Números 10, 11, 19 e 20 e Tabela no Slide nº 9.**

FONTE: MINISTÉRIO DAS CIDADES.

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



GRANDE SÃO PAULO (39 MUNICÍPIOS) COM 21.391.624 HABITANTES.
FONTE: MINISTÉRIO DAS CIDADES. E IBGE 2017.

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



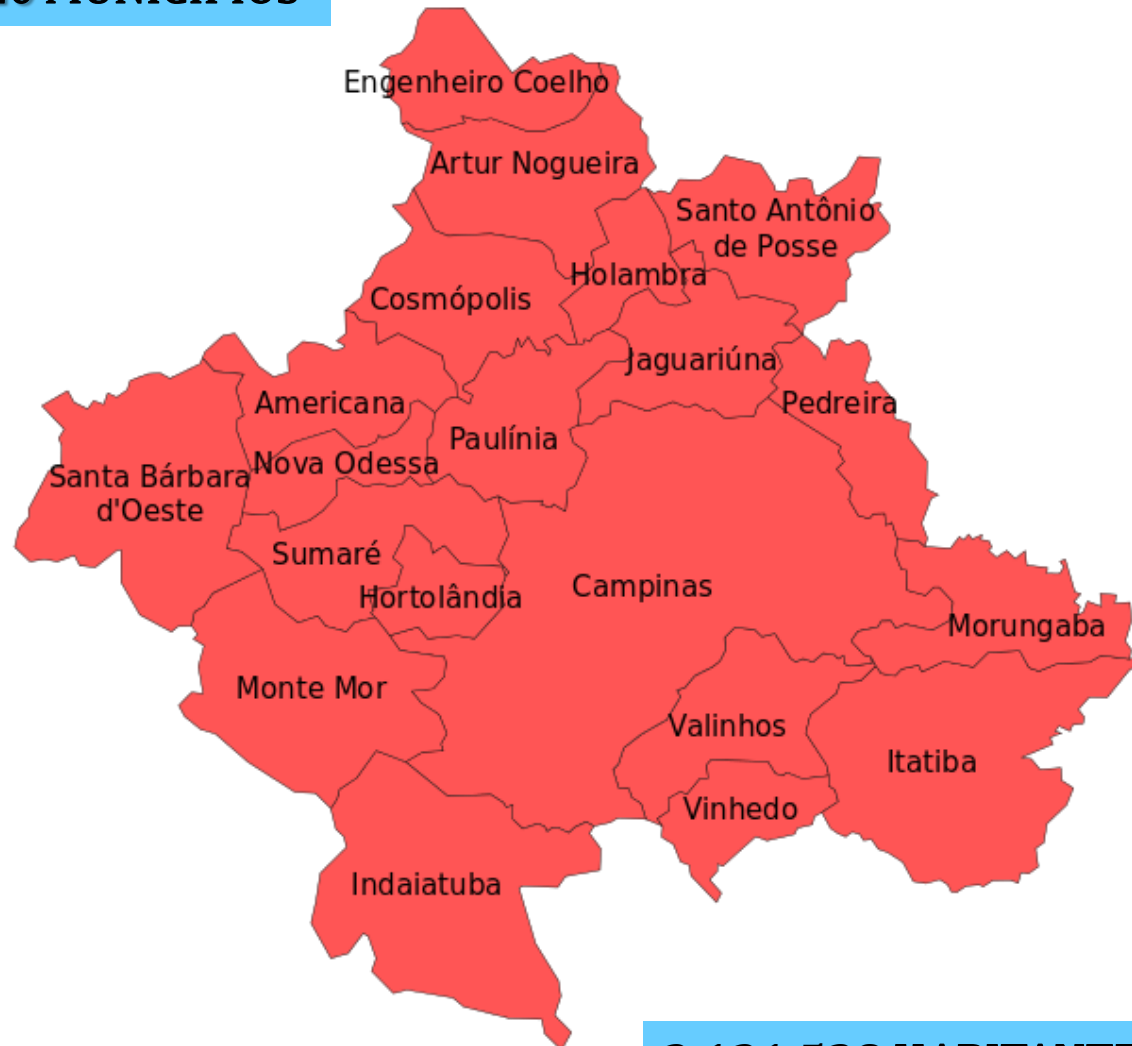
GRANDE BH (34 MUNICÍPIOS) COM 5.873.841 HABITANTES.

Disponível em <clebinho.pro.br/wp/wp-content/uploads/2017/02/estados_687_1024-x-682.jpeg>.

Acesso em 24 agosto 2018.

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

20 MUNICÍPIOS



3.131.528 HABITANTES

OS NÚMEROS DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL.

33 municípios integram o Entorno do DF. Três ficam em Minas Gerais e 29 em Goiás.

**651 mil pessoas saem diariamente do Entorno para trabalhar.
Desse total de trabalhadores, 618.442 trabalham no Plano Piloto
(95% dos empregos estão em Brasília).**

Com o crescimento demográfico, os moradores da região convivem cada vez mais com vários problemas estruturais, dentre eles a falta de escolas e hospitais. Grande parte do 1,1 milhão de habitantes destes municípios trabalha em Brasília e usa os municípios do Entorno apenas como "cidade dormitório".

Águas Lindas de Goiás (200 mil habitantes) é a mais populosa das cidades do Entorno. A criação de loteamentos traz consigo o problema da falta de pavimentação: apenas 25% deles são asfaltados. Rede de esgoto tratada também é um benefício de poucos.

35 a 220 quilômetros é a distância que um morador do Entorno percorre para trabalhar em Brasília-DF.

2,62% ao ano é a taxa anual de crescimento da população do Distrito Federal. A média nacional é de 0,8% ao ano.

Cinco cidades goianas da região do Entorno do Distrito Federal apresentam crescimento populacional acima da média do país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Águas Lindas de Goiás, por exemplo, cresceu 2,61% em um ano, enquanto no Brasil a taxa média ficou em 0,8%. Em Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Formosa e Luziânia, o número variou entre 1,57% e 2,26%.

POPULAÇÃO ABSOLUTA DO ENTORNO DO DF: 1.542.818 habitantes

FONTE: CODEPLAN 2017.

REGIÕES METROPOLITANAS	POPULAÇÃO	IDH
Grande São Paulo SP (39 municípios)	21.391.624	0,828
Grande Rio (RJ) (18 municípios)	12.330.186	0,816
Grande BH (MG) (34 municípios)	5.873.841	0,744
Grande P. Alegre RS (31 municípios)	4.282.410	0,833
Grande Recife (PE) (14 municípios)	4.044.948	0,780
Grande Fortaleza CE (13 municípios)	4.051.744	0,767
Grande Salvador BA (12 municípios)	4.015.205	0,794
Grande Curitiba (PR) (26 municípios)	3.537.894	0,824
Grande Campinas SP (20 municípios)	3.131.528	0,835
Vale do PB e Litoral N (39 municípios)	2.475.879	0,727
Grande Goiânia (GO) (20 municípios)	2.527.092	0,812
Grande Manaus (AM) (13 municípios)	2.612.747	0,720
Grande Belém (PA) (7 municípios)	2.441.761	0,797
Grande Cuiabá (MT) (13 municípios)	998.174	0,819
Grande Vitória (ES) (7 municípios)	1.934.983	0,798
Baixada Santista (SP) (9 municípios)	1.813.033	0,817
Grande S. Luís (MA) (13 municípios)	1.604.540	0,755
Grande Natal (RN) (14 municípios)	1.596.104	0,689
Grande J. Pessoa (PB) (12 municípios)	1.282.227	0,763
Grande Maceió (AL) (14 municípios)	1.392.854	0,660
N/NE Catarinense (2 municípios)	1.363.854	0,853
Grande Floripa (SC) (22 municípios)	1.152.115	0,859 (1º)
Grande Aracaju (SE) (4 municípios)	951.073	0,770

REGIÕES METROPOLITANAS	POPULAÇÃO	IDH
Grande Londrina PR (25 municípios)	1.067.214	0,813
Vale do Itajaí (SC) (5 municípios)	756.707	0,850
Campina Grande (19 municípios)	641.426	SEM DADOS
Feira de Santana (6 municípios)	786.086	0,687
Vale do Aço (28 municípios)	615.004	0,803
Grande Maringá (26 municípios)	773.835	0,817
Agreste Alagoano (15 municípios)	508.073	SEM DADOS
Cariri (CE) (9 municípios)	601.817	SEM DADOS
Foz do Rio Itajaí (SC) (9 municípios)	608.177	0,812
Grande Macapá (3 municípios)	610.564	SEM DADOS
Chapecó (SC) (16 municípios)	440.044	0,848
Carbonífera SC (26 municípios)	586.443	0,813
Tubarão (SC) (3 municípios)	356.790	0,835
Lages (SC) 23 municípios	399.548	SEM DADOS
SW Maranhense (8 municípios)	353.428	SEM DADOS
Santarém (PA) (3 municípios)	329.197	SEM DADOS
Patos (PB) (24 municípios)	238.023	SEM DADOS
Guarabira (PB) (20 municípios)	250.665	SEM DADOS
TOTAL (1)	83.003.382	

RIDE - REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

	POPULAÇÃO	IDH
RIDE do Distrito Federal (33 municípios + Brasília)	4.582.262	0,792
RIDE Teresina (PI) (15 municípios)	1.194.911	SEM DADOS
RIDE Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) (8 municípios)	770.832	0,618
TOTAL (2)	6.257.320	Fonte: IBGE, 2016/17.
TOTAL (1) + TOTAL (2)	89.260.702	

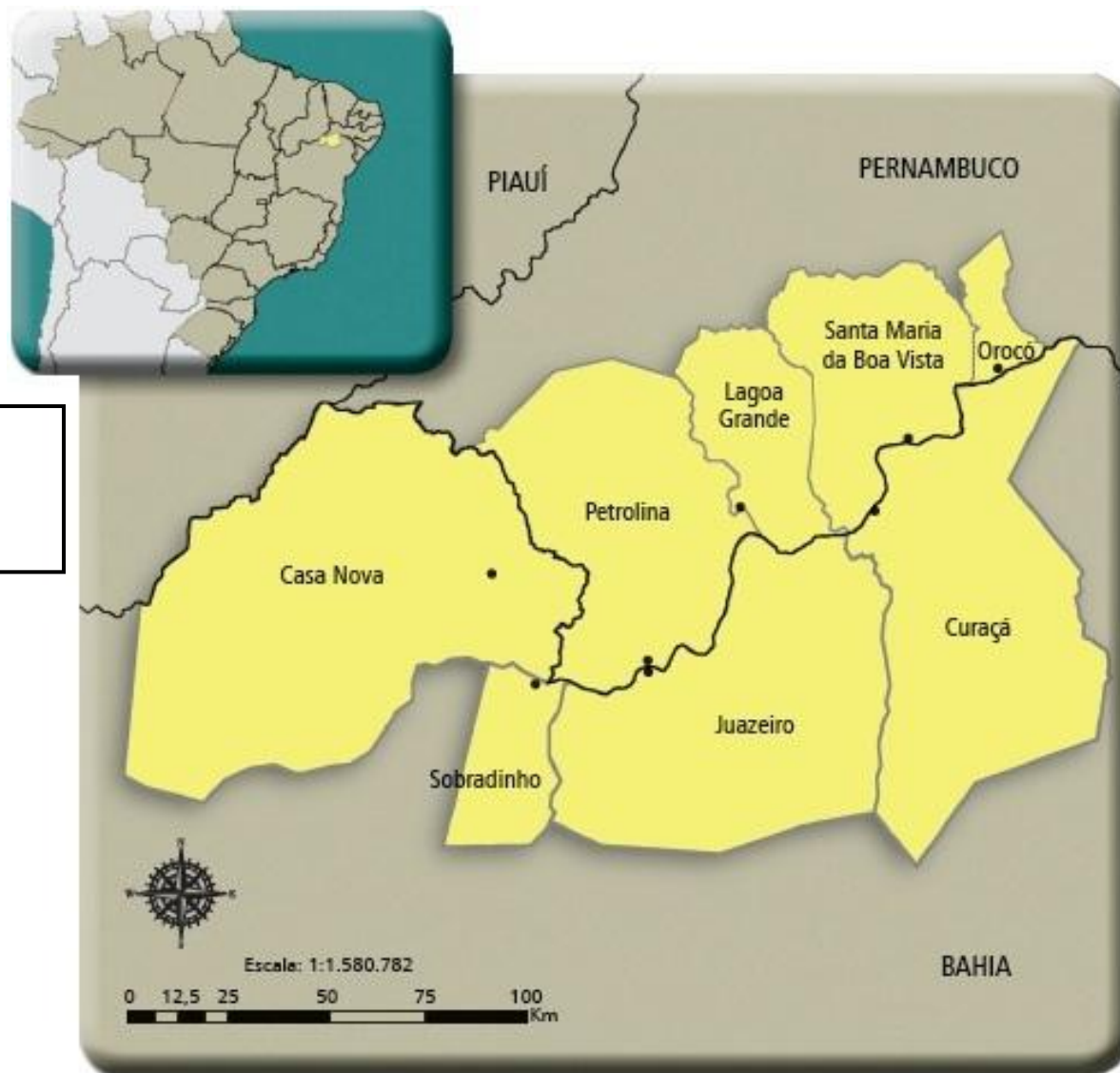
RIDE TERESINA (PI) 15 MUNICÍPIOS

14 MUNICÍPIOS NO PIAUÍ E 1 MUNICÍPIO NO MARANHÃO



**RIDE JUAZEIRO (BA) - PETROLINA (PE). 8 MUNICÍPIOS
4 MUNICÍPIOS NA BAHIA E 4 MUNICÍPIOS EM PERNAMBUCO**

Disponível
em <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1538845>>.
Acesso em 24 de agosto 2018.



BRASIL: OS 10 MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS

	2000				2017		
	U.F	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		U.F	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
1º	SP	São Paulo	10.434.252	1º	SP	São Paulo	12.106.920
2º	RJ	Rio de Janeiro	5.857.904	2º	RJ	Rio de Janeiro	6.520.266
3º	BA	Salvador	2.443.107	3º	DF	Brasília	3.039.444
4º	MG	Belo Horizonte	2.238.526	4º	BA	Salvador	2.953.986
5º	CE	Fortaleza	2.141.402	5º	CE	Fortaleza	2.627.482
6º	DF	Brasília	2.051.146	6º	MG	Belo Horizonte	2.523.794
7º	PR	Curitiba	1.587.315	7º	PR	Manaus	2.130.264
8º	PE	Recife	1.422.905	8º	AM	Curitiba	1.908.359
9º	AM	Manaus	1.405.835	9º	PE	Recife	1.633.697
10º	RS	Porto Alegre	1.360.590	10º	RS	Porto Alegre	1.484.941
	TOTAL		29.096.982		TOTAL		36.929.153

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24/08/2018.

BRASIL: OS 10 MUNICÍPIOS MENOS POPULOSOS

	2000				2017		
	U.F	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		U.F	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
1º	SP	Borá	795	1º	MG	Serra da Saudade	815
2º	MG	Serra da Saudade	873	2º	SP	Borá	839
3º	GO	Anhanguera	895	3º	GO	Araguainha	931
4º	TO	Oliveira de Fátima	958	4º	TO	Oliveira de Fátima	1.110
5º	SP	Nova Castilho	991	5º	GO	Anhanguera	1.126
6º	RS	André da Rocha	1.113	6º	SP	Uru	1.207
7º	TO	Ipueiras	1.166	7º	MG	Cedro do Abaeté	1.209
8º	TO	Tupirama	1.179	8º	PI	Miguel Leão	1.228
9º	TO	Rio da Conceição	1.189	9º	SP	Nova Castilho	1.239
10º	TO	Lavandeira	1.209	10º	RS	André da Rocha	1.300
	TOTAL		10.368		TOTAL		11.004

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24/08/2018.

O BRASIL TEM 5.570 MUNICÍPIOS.

	MUNICÍPIOS	Nº
1	MINAS GERAIS	853
2	SÃO PAULO	645
3	RIO GRANDE DO SUL	497
4	BAHIA	417
5	PARANÁ	399
6	SANTA CATARINA	295
7	GOIÁS	246
8	PARAÍBA	223
9	PIAUÍ	224
10	MARANHÃO	217
11	PERNAMBUCO	185
12	CEARÁ	184
13	RIO GRANDE DO NORTE	167
14	PARÁ	144
15	MATO GROSSO	141
16	TOCANTINS	139
17	ALAGOAS	102
18	RIO DE JANEIRO	92
19	ESPÍRITO SANTO	78
20	MATO GROSSO DO SUL	79
21	SERGIPE	75
22	AMAZONAS	62
23	RONDÔNIA	52
24	ACRE	22
25	AMAPÁ	16
26	RORAIMA	15
27	DISTRITO FEDERAL	1
TOTAL		5.570

FONTE: IBGE 2014

Cinco municípios foram instalados no País, em 1º de Janeiro de 2014. Antes disso, seus eleitores haviam comparecido às urnas nas eleições de outubro (2012) para escolher prefeito e vereadores. Ei-los:

Pescaria Brava (SC)

Balneário Rincão (SC)

Mojuí dos Campos (PA)

Pinto Bandeira (RS)

Paraíso das Águas (MS)

Eram distritos e foram emancipados depois que a população aprovou o desmembramento. Desta maneira, segundo o IBGE, o Brasil passou a ter 5.570 municípios. As cidades têm orçamentos que giram em torno de R\$ 12 milhões anuais e, cada uma passou a ter nove vereadores - o número estabelecido para localidades com até 15 mil eleitores. Em alguns casos, imóveis foram improvisados para servir de sede para a prefeitura, as secretarias e a Câmara, enquanto um novo local não é escolhido para abrigar a representação do Executivo e do Legislativo locais.

De tão novas, as cidades não constavam no Censo de 2010. Mas, ao apresentar as estimativas anuais de população dos municípios brasileiros em 2012, o instituto incluiu as cinco novas cidades, para cálculo das cotas do Fundo de Participação dos Municípios. **Fonte: globo.com**

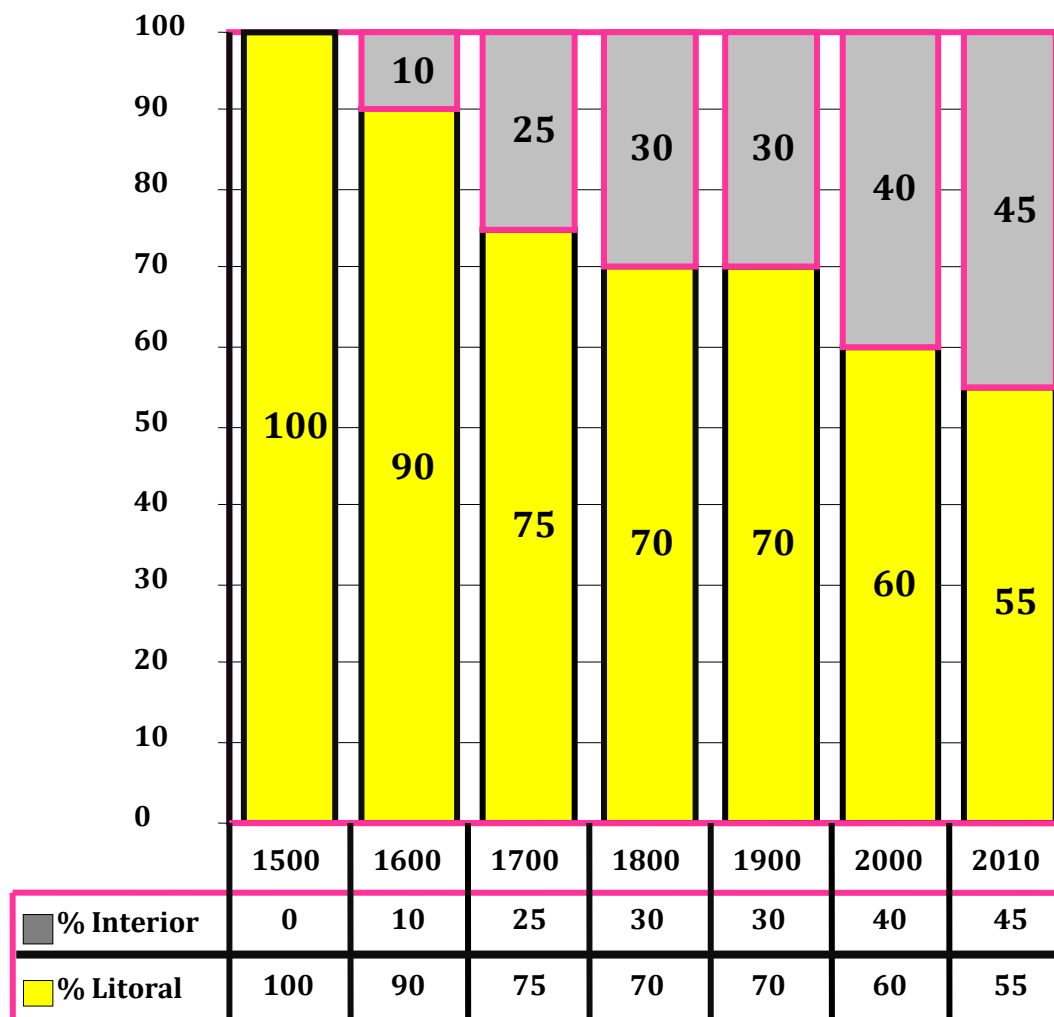
QUAL O TAMANHO DAS CIDADES QUE MAIS CRESCEM NO BRASIL?

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM % SEGUNDO O TAMANHO DAS CIDADES

Tamanho das cidades	1980	1991	2000	2010	2017
Até 20 mil habitantes	21,35%	19,34%	18,81%	18,14%	18%
De 20 a 50 mil habitantes	11,40%	12,44%	11,49%	11,45%	11%
De 50 a 100 mil habitantes	10,50%	10,23%	10,57%	10,67%	10%
De 100 a 500 mil habitantes	21,92%	24,43%	26,12%	29,46%	31%
Maiores que 500 mil habitantes	34,83%	33,56%	33,01%	31,28%	30%
%	100%	100%	100%	100%	100%
POPULAÇÃO TOTAL	119 MILHÕES	147 MILHÕES	169,7 MILHÕES	190,7 MILHÕES	207,7 MILHÕES

Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>>. Acesso em: 24/08/2018.

A POPULAÇÃO DO BRASIL (%) AVANÇA RUMO AO INTERIOR.
FONTE: IBGE . CENSO 2010.



BRASIL: HIERARQUIA URBANA

CIDADES GLOBAIS	METRÓPOLES NACIONAIS	METRÓPOLES REGIONAIS	CENTROS REGIONAIS	CENTRO SUB-REGIONAL
São Paulo (SP)	Porto Alegre (RS)	Manaus (AM)	Florianópolis (SC)	Palmas (TO)
Rio de Janeiro (RJ)	Curitiba (PR)	Belém (PA)	Vitória (ES)	
Metrópoles Globais são as cidades que exercem influência planetária. São Paulo 1ª categoria, Rio de Janeiro 2ª categoria.	Belo Horizonte (MG)	Goiânia (GO)	Campo Grande (MS)	
	Salvador (BA)	Metrópoles regionais são as cidades que exercem forte influência nos estados nos quais estão inseridas.	Cuiabá (MT)	
	Recife (PE)		Porto Velho (RO)	
	Fortaleza (CE)		Boa Vista (RR)	
	Brasília (DF) *		Rio Branco (AC)	
	Metrópoles Nacionais são cidades que exercem influência sobre o País. (*) influência política.		Macapá (AP)	
			São Luís (MA)	
Teresina (PI)				
Natal (RN)				
João Pessoa (PB)				
			Maceió (AL)	
			Aracaju (SE)	
FONTE: DEMÉTRIO MAGNOLI, PROJETOS DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA DO BRASIL, ED. MODERNA, P. 187.			Centros regionais são as cidades com influência limitada ao estado.	Influência circunscrita aos arredores da cidade.

BRASÍLIA, UM CASO À PARTE

Brasília não possui prefeito ou vereadores, pois o artigo 32 da Constituição Federal de 1988 proíbe expressamente que o Distrito Federal seja dividido em municípios, sendo considerado uno. O DF tem status diferente dos municípios e dos estados, possuindo características legais e estruturais híbridas, além de ser custeado em parte pelo Governo Federal. (**Fonte: "Prefeitos", *A História de Brasília*, BR: Info Brasília**).

No Brasil, por definição legal, "cidade" é a sede de um "município". Porém, no Distrito Federal, são chamados de "cidades" os diversos núcleos urbanos, sendo o principal deles a região administrativa de Brasília, que por sua vez também se confunde com a ideia do Plano Piloto. A rigor, os outros núcleos estão mais para bairros distantes da capital do País do que para cidades distintas, pois a Constituição do Brasil veda expressamente a divisão do Distrito Federal em municípios. (**Fonte: www.stf.jus.br/portal/constituicao**).

A lei de organização do Distrito Federal é uma lei orgânica (lei maior de um município). Nas demais 26 Unidades da Federação Brasileira, a lei de organização é regida por uma constituição estadual. O DF é constituído por várias regiões administrativas (a maioria era chamada de cidades satélites) e não podem ser entendidas como cidades autônomas ou municípios. Em consequência dos processos de ordenamento de seu território, ocorreu uma intensa expansão da urbanização para a periferia limítrofe ao Distrito Federal, que deu origem a formação da região metropolitana de Brasília (atualmente institucionalizada como Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, conhecida como RIDE).

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno compreende o Distrito Federal mais os municípios goianos de **Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Abadiânia, Pirenópolis, Corumbá, Cocalzinho, Padre Bernardo, Água Fria de Goiás, Planaltina de Goiás, Vila Boa, Formosa, Mimoso e Cabeceiras**, e os municípios mineiros de **Unaí, Cabeceira Grande e Buritis**.

A Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018, incluiu 12 municípios à RIDE – DF.

Disponível em: <:pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Integrada_de_Developolvimento_do_Distrito_Federal_e_Entorno. Acesso em 24/08/2018.

REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DF.



Disponível em: <tribunadoplanalto.com.br/2018/06/20/cidades-goianas-sao-incluidas-na-ride/>. Acesso: 24/08/2018

LOCALIDADES	POPULAÇÃO (2017)	LOCALIDADES	POPULAÇÃO (2017)	LOCALIDADES	POPULAÇÃO (2017)
Distrito Federal	3.039.444	Flores de Goiás	15.111	Vila Boa	5.731
Abadiânia	18.775	Formosa	115.789	Vila Propício	5.690
Água Fria de Goiás	5.613	Goianésia	67.507	Arinos MG	18.243
Águas Lindas de Goiás	195.810	Luziânia	199.615	Buritiz MG	24.689
Alexânia	26.770	Mimoso de Goiás	2.702	Cabeceira Grande MG	6.940
Alto Paraíso de Goiás	7.514	Niquelândia	45.913	Unaí MG	83.980
Alvorada do Norte	8.645	Novo Gama	110.096	TOTAL	4.582.262
Barro Alto	10.435	Padre Bernardo	32.148	Área	94.570.390 km²
Cabeceiras	7.935	Pirenópolis	24.761	População	4.822.262 hab. (4º)
Cavalcante	9.829	Planaltina	88.863	Densidade	48,45 hab./km²
Cidade Ocidental	66.777	Sntº A do Descoberto	71.887	<div>Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e></div> <div>Acesso em: 24/08/2018.</div>	
Cocalzinho de Goiás	19.583	São João d'Aliança	12.643		
Corumbá de Goiás	11.086	Simolândia	6.891		
Cristalina	55.347	Valparaíso de Goiás	159.500		

As primeiras Regiões Administrativas do Distrito Federal foram projetadas e implantadas paralelamente à construção da nova Capital da República. Planaltina e Brazlândia foram ampliadas a partir de núcleos urbanos existentes. O Núcleo Bandeirante surgiu em decorrência da urbanização da pioneira Cidade Livre. Nos projetos das Regiões Administrativas, aplicaram-se os mesmos princípios urbanísticos de Brasília, ajustados às condições socioeconômicas e funcionais de cada uma, resultando em estruturas urbanas próprias. Lei do Poder Executivo que estabelece a Fercal (área que fica entre Sobradinho e Sobradinho II) como a 31ª Região Administrativa do Distrito Federal foi publicada na edição extra de domingo 29/1/2012 do Diário Oficial do DF. Cada Região Administrativa tem um Administrador Regional, nomeado pelo Governador, responsável pela promoção e coordenação dos serviços públicos da região. A Fercal começou a se formar como cidade há mais de 40 anos, quando os funcionários da fábrica de cimento que dá nome à região se instalaram na área. Muitos desses trabalhadores estão aposentados e moram no local até hoje. **Fonte: www.agecom.df.gov.br**

**O Distrito Federal não é um Estado federado,
mas também não é um município. Brasília é o único município do DF.**

**É o menor território autônomo do Brasil – com apenas 5.783 km²
ou 26% da área de Sergipe, o menor estado brasileiro.**

Por limitação constitucional, não pode ser dividido em municípios.

O Distrito Federal não tem capital, mas a cidade de Brasília, Capital Federal da República Federativa do Brasil, está localizada em seu território e é a sede do

Governo do Distrito Federal e a sede da Região Administrativa de Brasília - RA I.

O Distrito Federal rege-se por Lei Orgânica, típica de municípios, e não por uma Constituição Estadual. Acumula as competências legislativas reservadas aos Estados federados e municípios, não vedadas pela Constituição.

O Poder Legislativo do Distrito Federal é exercido pela Câmara Legislativa, com 24 deputados distritais eleitos. Nos municípios o Poder Legislativo é exercido pela Câmara de Vereadores e, nos estados, pela Assembleia Legislativa.

A Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e o Poder Judiciário do Distrito Federal são mantidos pela União. **FONTE: IBGE.**

RA Nº	REGIÕES ADMINISTRATIVAS	LEI	DATA
RA I	BRASÍLIA	4.545	10/12/1964
RA II	GAMA	4.545	10/12/1964
RA III	TAGUATINGA	4.545	10/12/1964
RA IV	BRAZLÂNDIA	4.545	10/12/1964
RA V	SOBRADINHO	4.545	10/12/1964
RA VI	PLANALTINA	4.545	10/12/1964
RA VII	PARANOÁ	4.545	10/12/1964
RA VIII	NÚCLEO BANDEIRANTE	049	25/10/1989
RA IX	CEILÂNDIA	049	25/10/1989
RA X	GUARÁ	049	25/10/1989
RA XI	CRUZEIRO	049	25/10/1989
RA XII	SAMAMBAIA	049	25/10/1989
RA XIII	SANTA MARIA	348	04/11/1992
RA XIV	SÃO SEBASTIÃO	705	10/05/1993
RA XV	RECANTO DAS EMAS	510	28/07/1993
RA XVI	LAGO SUL	643	10/01/1994
RA XVII	RIACHO FUNDO I	620	15/12/1993
RA XVIII	LAGO NORTE	641	10/01/1994
RA XIX	CANDANGOLÂNDIA	658	27/01/1994
RA XX	ÁGUAS CLARAS	3.153	06/05/2003
RA XXI	RIACHO FUNDO II	3.153	06/05/2003
RA XXII	SUDOESTE/OCTOGONAL	3.153	06/05/2003
RA XXIII	VARJÃO	3.153	06/05/2003
RA XXIV	PARK WAY	3.255	29/12/2003
RA XXV	SCIA (SETOR COMPLEMENTAR DE IND. E ABASTECIMENTO (+ A ESTRUTURAL))	3.315	27/01/2004
RA XXVI	SOBRADINHO II	3.315	27/01/2004
RA XXVII	JARDIM BOTÂNICO	3.435	31/08/2004
RA XXVIII	ITAPOÃ	3.527	03/01/2005
RA XXIX	S.I.A (SETOR DE INDÚSTRIAS E ABASTECIMENTO)	3.618	14/07/2005
RA XXX	VICENTE PIRES	814	23/05/2009
RA XXXI	FERCAL	684	29/01/2012

FONTE: DIÁRIO OFICIAL DO DF. ÚLTIMA CONSULTA 29/01/2012.

No Distrito Federal (2.977.216 habitantes em 2016), as **REGIÕES ADMINISTRATIVAS** mais pobres são também as de população mais jovem. De acordo com estudos da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), as cinco Regiões Administrativas com menor renda (Itapoã, Estrutural, Planaltina, Brazlândia e Varjão) têm população com idade média inferior aos 27 anos. Nelas, cerca de 40% dos moradores têm menos de 14 anos. Entre as cinco mais ricas, três apresentam os maiores índices de idade média do DF — Lago Sul, Lago Norte e Brasília e a população de crianças e adolescentes não passa de 15% do total.

A informação sobre a idade média da população é importante para a formulação de políticas públicas. Quanto mais jovem a população, maior o número de crianças e de pessoas em idade reprodutiva. Nas regiões de população jovem, serão verificadas as maiores taxas de crescimento dos próximos anos.

As Regiões Administrativas com menor idade média são também as menos consolidadas no que diz respeito aos serviços públicos e infraestrutura urbana. Itapoã e Estrutural, com idade média da população na casa dos 21 anos, não têm ruas asfaltadas nem escolas ou postos de saúde suficientes para atender todos os moradores. As políticas públicas para estas regiões precisam acompanhar a tendência de crescimento populacional. Estas populações são as mais carentes em tudo.

No Itapoã e na Estrutural, a renda é de menos de meio salário mínimo per capita. Em Planaltina, Brazlândia e Varjão, a renda per capita não ultrapassa um salário mínimo, é de 0,8. Nas regiões com maior média de idade — acima de 34 anos —, a renda per capita varia entre 6,8 salários mínimos (Brasília) e 10,8 (Lago Sul). O descompasso entre os serviços públicos prestados, a infraestrutura urbana e as necessidades da população faz com que o governo adote soluções improvisadas para cumprir com suas principais obrigações. O transporte escolar diário é uma dessas soluções. Tanto no Itapoã quanto na Estrutural existem escolas para a faixa etária de 6 a 9 anos. Os outros estudantes precisam ser levados diariamente para colégios do Guará, Asa Norte, Cruzeiro e Paranoá. Na Estrutural, o início da manhã e a hora do almoço coincidem com o embarque dos alunos. Aproximadamente 85% das crianças e adolescentes (7.119 alunos) daquela Região Administrativa que frequentam escolas são levados para outras áreas. A entrada da cidade se transforma em um arremedo de rodoviária com as mães e os filhos à espera de ônibus. Não há um pedaço de sombra para elas se abrigarem.

Nas Regiões Administrativas mais pobres, o atendimento às crianças, adolescentes e jovens adultos deve ser encarado como prioridade. Nas Regiões Administrativas mais ricas, a situação se inverte. Apesar de terem invejável infraestrutura urbana, Lago Sul, Lago Norte e Brasília precisam se adaptar ao envelhecimento de seus habitantes. A acessibilidade, os serviços médicos especializados e o transporte público são demandas da população mais velha, que ainda não foram contempladas pelas políticas públicas. O DF está envelhecendo. Isso é uma novidade porque esta era uma cidade de jovens. O governo ainda não se preparou para atender os mais velhos.

FONTE: JORNAL CORREIO BRAZILIENSE, 15/09/2008, CADERNO CIDADES, PÁGINA 17 COM ADAPTAÇÕES.

Em 1957, 12.283 pessoas moravam em Planaltina, Brazlândia e fazendas próximas. Foram os primeiros habitantes do Distrito Federal. Com o início das obras de construção de Brasília, deflagrou-se um processo migratório caracterizado por contingentes populacionais que se diferenciaram quanto à origem e à função desempenhada na nova cidade.

Essa situação determinou, até 1970, a **predominância da contribuição migratória sobre a vegetativa na composição da taxa de crescimento**, motivados pela política governamental de incentivo de migração de mão-de-obra para a construção de Brasília. Segundo informações levantadas pela CODEPLAN, no período mais intenso da construção de Brasília, nas décadas de 60/70 e 70/80 do século XX, as correntes migratórias constituíam o principal fator formador da população do Distrito Federal, com um número de 358.014 e 488.546 migrantes, respectivamente.

No período 1980/91, ainda de acordo com a mesma fonte, o número de migrantes diminuiu consideravelmente, apresentando uma média anual de 8.966 e uma taxa média geográfica de crescimento anual de 2,84%, que permaneceu relativamente estável até 2005.

De acordo com a “Contagem da População de 1996 - IBGE”, o Distrito Federal registrava **1.860.944** habitantes distribuídos nas dezenove Regiões Administrativas existentes àquela época. No ano de 2000, a população residente era de **2.051.146**, e, em 2008, chegou a **2.576.241** habitantes, nas 29 Regiões Administrativas que possuem áreas com unidades residenciais. **(A Região Administrativa XXIX SIA foi criada em 2005 e não possui – ainda - unidades residenciais).**

Em maio de 2009 foi criada a RA XXX de Vicente Pires e em 29/01/2012 foi criada a RA XXXI da Fercal, a 31ª Região Administrativa.

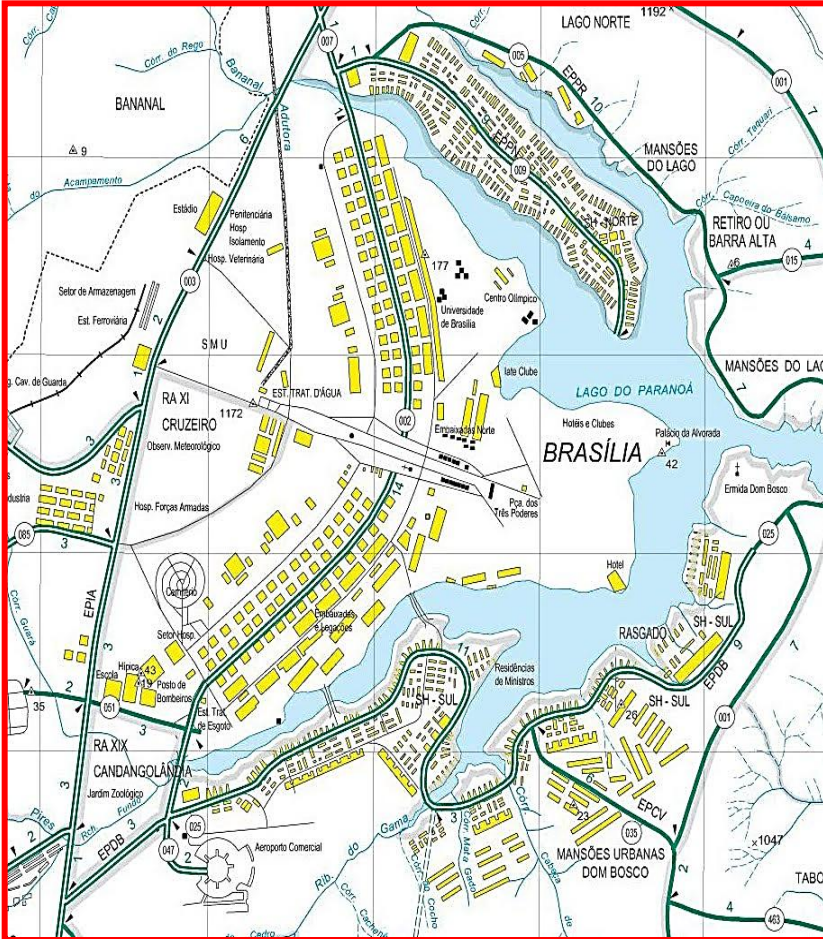
Fonte: www.codeplan.gov.br

EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA PODE LEVAR O DISTRITO FEDERAL A VIVER UM COLAPSO NAS REGIÕES CARENTES. ESPECIALISTAS ALERTAM QUE AS CINCO CIDADES (ITAPOÃ, ESTRUTURAL, VARJÃO, PLANALTINA E BRAZLÂNDIA) COM MAIOR POTENCIAL DE AUMENTO POPULACIONAL SÃO AS QUE NECESSITAM DE MAIS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA.
FONTE: JORNAL CORREIO BRAZILIENSE, 15/09/2008, CADERNO CIDADES, PÁGINA 17 COM ADAPTAÇÕES.

POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	
1957	12.280
1959	64.310
1960	140.100
1970	537.400
1980	1.176.000
1991	1.622.931
1992	1.670.048
1993	1.717.409
1994	1.765.013
1995	1.812.858
1996	1.860.944
1997	1.909.268
1998	1.957.830
1999	2.006.628
2000	2.051.146
2001	2.104.928
2002	2.154.427
2003	2.204.158
2004	2.254.119
2005	2.304.309
2006	2.354.727
2007	2.455.903
2008	2.562.963
2009	2.576.241
2010	2.606.885
2017	3.039.444

Fonte: IBGE 2017.

BRASÍLIA RA-I



A região administrativa I inclui diferentes bairros e setores de Brasília, como as asas Sul e Norte, o Setor Militar Urbano (SMU), o Setor de Indústrias Gráficas (SIG), a Granja do Torto, a Vila Planalto e a Vila Telebrásilia.

Brasília (RA I) – Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, após 1.000 dias de construção. Em 1987 foi tombada pela UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

No entanto a Região Administrativa Brasília foi criada em 1964, pela Lei no 4.545 e ratificada pela Lei no 49/89. Até 1994 englobava além da cidade de Brasília, o Setor Militar Urbano, a Vila Planalto, Lago Sul e Lago Norte, sendo que os dois últimos a partir daquela época (1994) se tornaram Regiões Administrativas independentes.

Atualmente a RA I compreende a cidade de Brasília, o Setor Militar Urbano e a Vila Planalto. A RA-I Brasília é composta por Asa Norte, Asa Sul, Estação Rodoviária, Setor de garagens Oficiais, Parque Sara Kubitscheck (Parque da Cidade), Setor de Indústrias Gráficas, Área de Camping, Eixo Monumental, Esplanada dos Ministérios, Setor de Embaixadas Norte e Sul, Setor Militar Urbano, Vila Planalto, Setor de Clubes, entre outros. Brasília compreende também as Áreas Isoladas da Granja do Torto.

Fonte: www.codeplan.df.gov.br

PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

O Plano Piloto não tem limites pré-estabelecidos. É a área na qual se concentram a administração pública e os moradores do Distrito Federal.

O Plano Piloto compreende a Asa Sul, a Asa Norte, o Lago Norte, o Lago Sul e o Cruzeiro, que é uma extensão do Plano piloto, embora tenha administração própria (RA XI).

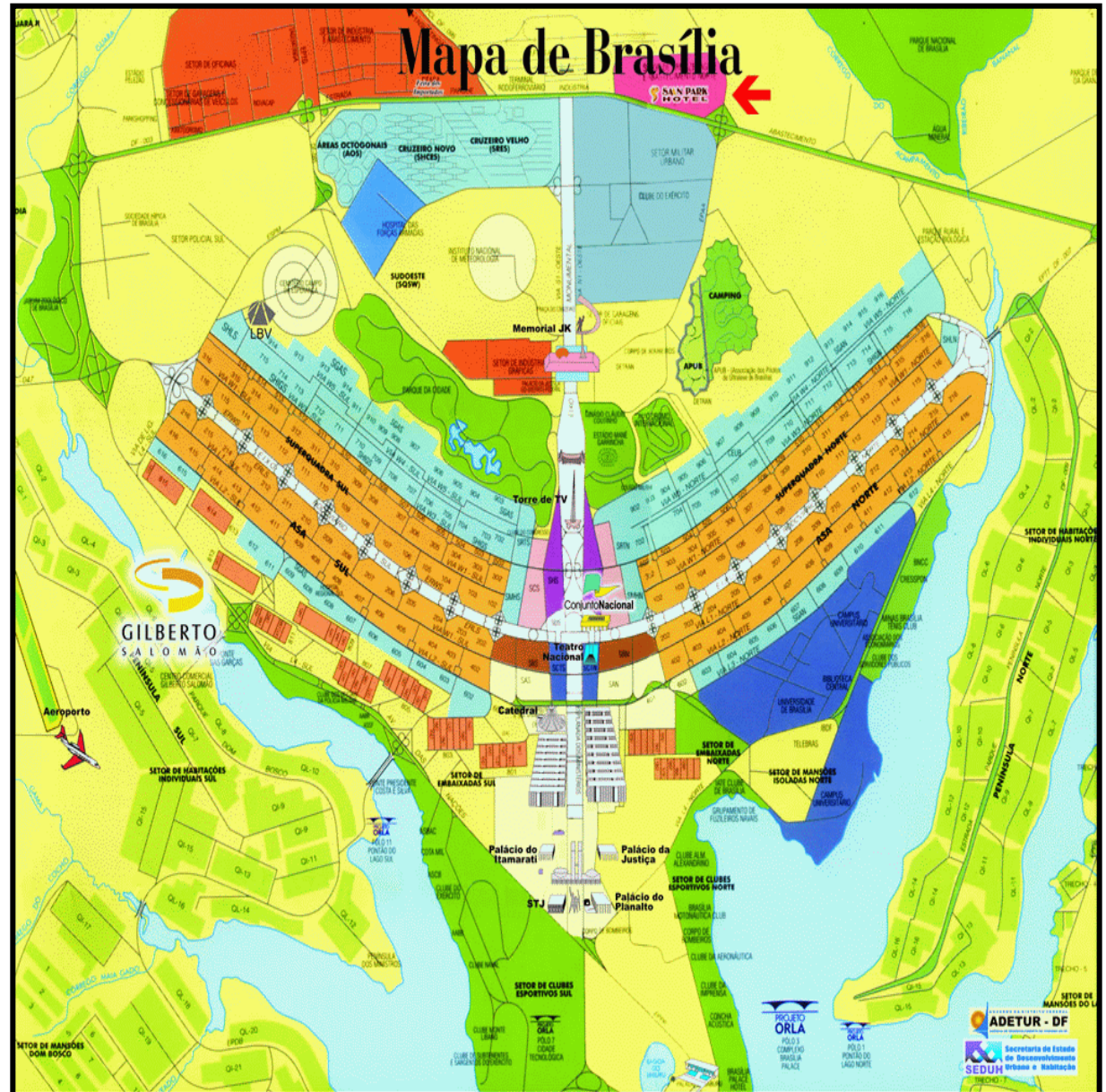
O Plano Piloto tem o formato aproximado de um avião. Duas grandes vias expressas cortam o Plano Piloto.

De Norte a Sul pelo Eixão. De Leste a Oeste pelo Eixo Monumental.

Os principais monumentos de Brasília localizam-se ao longo do Eixo Monumental.

A Praça dos Três Poderes e as respectivas sedes (Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto) localizam-se na extremidade Leste e a Estação Rodoferroviária (desativada), na extremidade Oeste.

Fonte: www.codeplan.df.gov.br



O **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)** é uma unidade de medida utilizada para aferir o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade nos quesitos de educação, saúde e renda. A utilização de um indicador que envolvesse outras variáveis que não somente a questão econômica ocorreu pela primeira em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse indicador foi criado pelo paquistanês Mahbub Ul Haq e pelo indiano Amartya Sen.

A utilização das variáveis educação, saúde e renda permite uma comparação com praticamente todos os países do globo e serve de referência para mensurar a resposta de determinado país frente a essas importantes demandas.

Importância dos Indicadores

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baseia-se em três principais indicadores: **Educação, Saúde e Renda**. A importância desses indicadores é a abrangência que eles possuem, pois, de modo geral, todos os cidadãos de qualquer país, em alguma medida, são alcançados por uma dessas variáveis.

O **indicador educação** refere-se à quantidade média de anos de estudo de uma população. Entende-se que, quanto maior for o tempo de permanência de uma população na escola, melhores serão as chances de desenvolvimento para esse país. Por outro lado, mostra ainda o comprometimento dos gestores com o futuro de sua nação, na medida em que esse indicador reflete-se diretamente no desenvolvimento das futuras gerações. Assim, as políticas de Estado para matricular todas as crianças e adolescentes nas escolas e diminuir as taxas de evasão e repetência, por exemplo, visam à melhora da posição do país nesse tipo de indicador.

Na **variável saúde**, avalia-se basicamente a taxa de expectativa de vida dos cidadãos de cada país participante. Entende-se que, quanto maior for essa taxa, melhores serão as condições de vida de seus habitantes. Ações como campanhas de vacinação e educativas sobre saúde, pré-natal, organização de sistemas públicos de saúde, ações de fornecimento de medicamentos, entre outros, colaboram para elevar esse indicador.

No **quesito renda**, mede-se o valor médio do rendimento dos cidadãos com base na média do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de toda a riqueza produzida por um país em determinado período (normalmente anual) dividida pelo número de habitantes. O índice de desenvolvimento humano (IDH) possui como elementos norteadores os indicadores de saúde (expectativa de vida), educação (anos de escolaridade) e renda (renda per capita), contudo, eles apresentam algumas limitações, que devem ser ponderadas, uma vez que não dialogam com a realidade mais sensível de seus cidadãos, mais especificamente a qualidade dos serviços ofertados na saúde e educação e a desigualdade na distribuição de renda entre as pessoas.

Naturalmente, em uma sociedade em que se vive mais e se passa mais tempo na escola, há um melhor ambiente em relação aos lugares com menor expectativa de vida e escolaridade. Contudo, isso não representa, necessariamente, condições para o desenvolvimento humano, como o índice espera mensurar.

As baixas condições de saúde e educação oferecidas pelos países com os menores indicadores de desenvolvimento humano contrapõem-se aos elevados números obtidos pelos países mais desenvolvidos do globo. Assim, pode-se concluir que ainda que o IDH se proponha a fazer uma avaliação com um menor peso do critério econômico, este se mostra cada vez mais determinante na definição de seus indicadores.

Por Hugo Mota. Graduado em Geografia

IDH é uma referência numérica que varia entre 0 e

1. Quanto mais próximo de zero, menor é o indicador para os quesitos de saúde, educação e renda. Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições para esses quesitos. Nenhum país possui o IDH zero ou um.

Os países com o IDH mais elevado no ano de 2017

- 1º - Noruega - 0,949
- 2º - Austrália - 0,939
- 3º - Suíça - 0,939
- 4º - Alemanha - 0,926
- 5º - Dinamarca - 0,925
- 6º - Cingapura - 0,925
- 7º - Holanda - 0,924
- 8º - Irlanda - 0,923
- 9º - Islândia - 0,921
- 10º - Canadá - 0,920
- 79º - Brasil - 0,754**

Os países com o IDH mais baixos no ano de 2017

- 184º Burundi (0,404)
- 185º Burkina Faso (0,402)
- 186º Chade (0,306)
- 187º Níger (0,353)
- 188º República Centro-Africana (0,352)

Disponível

em: https://www.suapesquisa.com/o_que_e/idh.htm.

Acesso em 24/08/2018.

Cidades com o melhor IDHM do país

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal igual a 0,8 ou acima é considerado 'muito alto'

SP	SÃO CAETANO DO SUL	0,862
SP	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	0,854
SC	FLORIANÓPOLIS	0,847
ES	VITÓRIA	0,845
SC	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0,845
SP	SANTOS	0,840
RJ	NITERÓI	0,837
SC	JOAÇABA	0,827
DF	BRASÍLIA	0,824
PR	CURITIBA	0,823
SP	JUNDIAÍ	0,822
SP	VALINHOS	0,819
SP	VINHEDO	0,817
SP	ARARAQUARA	0,815
SP	SANTO ANDRÉ	0,815
SP	SANTANA DE PARNAÍBA	0,814
MG	NOVA LIMA	0,813
SP	ILHA SOLTEIRA	0,812
SP	AMERICANA	0,811
MG	BELO HORIZONTE	0,810
SC	JOINVILLE	0,809
SC	SÃO JOSÉ	0,809
PR	MARINGÁ	0,808
SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0,807
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	0,806
SC	BLUMENAU	0,806
SC	RIO FORTUNA	0,806
SP	ASSIS	0,805
SP	CAMPINAS	0,805
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0,805
SP	SÃO CARLOS	0,805
SP	SÃO PAULO	0,805
RS	PORTO ALEGRE	0,805
SP	RIO CLARO	0,803
SC	JARAGUÁ DO SUL	0,803
SC	RIO DO SUL	0,802
SP	BAURU	0,801
SP	PIRASSUNUNGA	0,801
SC	SÃO MIGUEL DO OESTE	0,801
ES	VILA VELHA	0,800
SP	BOTUCATU	0,800
SP	RIBEIRÃO PRETO	0,800
SP	TAUBATÉ	0,800
SC	CONCÓRDIA	0,800

Fonte: Atlas IDHM 2013 no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas com dados do Censo Demográfico de 2010 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)